

## O caminho da sustentabilidade entre os Ashaninka do rio Amônia – Alto Juruá (AC)

*José Pimenta*<sup>1</sup>

**A**o longo dos últimos 15 anos, os Ashaninka do rio Amônia maneja-ram com certo sucesso vários projetos de desenvolvimento sustentável. Após a demarcação de sua terra, em 1992, iniciaram, com o apoio de diversos parceiros, uma longa luta pela sustentabilidade de seu território, alcançando reconhecimento nacional e até internacional. A inauguração da Escola *Yorenka Átame* (Saber da Floresta), em 2007, é fruto e símbolo dessa rica experiência dos Ashaninka com projetos sustentáveis. Ela materializa a determinação de um povo que vem lutando, incansavelmente, há mais de duas décadas, contra a exploração ilegal de madeira em seu território e, de modo mais geral, para o desenvolvimento sustentável de toda a região do Alto Juruá.

O longo caminho que levou os Ashaninka a criarem a Escola *Yorenka Átame* oferece uma oportunidade para refletir sobre o lugar dos povos indígenas na cena amazônica contemporânea do desenvolvimento sustentável. Após uma breve apresentação e contextualização do povo Ashaninka, procurarei retratar o caminho que levou os Ashaninka do rio Amônia ao encontro da ideologia do desenvolvimento sustentável que desencadeou na criação dessa escola. Usarei esse exemplo etnográfico para tecer algumas considerações sobre as relações entre povos indígenas e ambientalismo no contexto do novo paradigma do desenvolvimento amazônico.<sup>2</sup>

### *Situando os Ashaninka do Amônia*

Os Ashaninka são um dos principais povos indígenas da bacia amazônica. Ocupam um vasto território que se estende dos Andes centrais, no Peru, à bacia do Alto Juruá, no estado do Acre. Devido às vicissitudes da longa histó-

---

1 Professor do Departamento de Antropologia da Universidade de Brasília.

2 A maior parte das reflexões apresentadas neste artigo foram objeto de um maior detalhamento em trabalhos anteriormente publicados: cf. J. Pimenta, “Desenvolvi-

ria de contato com o mundo dos brancos, algumas famílias ashaninkas migraram para o leste no final do século XIX e instalaram-se, progressivamente, na região do Alto Juruá, em terras que se tornaram brasileiras no início do século XX. O processo de territorialização dos Estados Nação brasileiro e peruano separou de modo muito desigual os membros desse povo indígena em dois países. A grande maioria dos Ashaninka vive em território peruano. No Brasil, a diáspora ashaninka conta hoje com cerca de mil pessoas que habitam cinco terras indígenas descontínuas, todas situadas na região do Alto Juruá, no Acre.

A Terra Indígena (TI) Kampa do rio Amônia reúne cerca de 450 índios, ou seja, quase a metade dos Ashaninka do Brasil. Com uma extensão de 87.205 hectares, faz limite com o Peru, a Reserva Extrativista (Resex) do Alto Juruá, um assentamento do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) e o Parque Nacional da Serra do Divisor (PNSD).<sup>3</sup> Situa-se na faixa de fronteira, no município de Marechal Thaumaturgo, distante de cerca de 150km em linha reta de Cruzeiro de Sul, principal cidade do vale do Juruá.

A região do Alto Juruá é considerada, por vários especialistas, uma das regiões mais ricas em biodiversidade do planeta. Nesse cenário, o município de Marechal Thaumaturgo, com uma área total de 7.743km<sup>2</sup>, apresenta um curioso paradoxo que ilustra alguns desafios postos pela ideologia do desenvolvimento sustentável. É provavelmente o único município brasileiro a ter cerca de 95% de sua extensão territorial constituída por terras protegidas amparadas por leis federais (TI, unidade de conservação e parque nacional) e também registra um dos piores Índices de Desenvolvimento Humano (IDH) do Brasil.<sup>4</sup>

---

mento sustentável e povos indígenas: Os paradoxos de um exemplo amazônico”, *Anuário Antropológico*, Rio de Janeiro, Ano 2002/2003; idem, “De l’échange traditionnel à l’économie du ‘développement durable’. La notion de ‘projet’ entre les Ashaninka du Haut-Juruá (Amazonie brésilienne)”, *Cahiers du Brésil Contemporain*, Paris, n. 63-64, 2006; ibidem, “Indigenismo e ambientalismo na Amazônia ocidental: À propósito dos Ashaninka do rio Amônia”, *Revista de Antropologia*, Vol. 50, n. 2, 2007; ibidem, “Parceiros de troca, parceiros de projetos. O ayompari e suas variações entre Ashaninka do Alto Juruá”, in M. I. Smiljanic, S. G. Baines & J. Pimenta (orgs), *Faces da indianidade*, Curitiba, Nexus Design, 2009.

3 Essa configuração territorial está em processo de mudança devido à criação iminente de uma nova TI para os índios Apolima-Arara do rio Amônia que levará a um reordenamento territorial. A proposta da nova TI faz divisa com a TI Kampa do rio Amônia e contempla parte do território da Resex do Alto Juruá, do assentamento do Incra e do PNSD.

4 Com um IDH de 0,533, Marechal Thaumaturgo é considerado pela ONU como um dos municípios mais pobres do Brasil. Esse índice, no entanto, deve ser tomado com muita cautela na medida em que sua concepção se fundamenta numa realidade

Apesar da rica biodiversidade da região, os cerca de 13 mil habitantes do município ressentem-se da falta de incentivos para garantir uma qualidade de vida decente. A pecuária e a extração ilegal de madeira contribuem fortemente para o êxodo da população rural para o núcleo urbano, aumentando os problemas crônicos do município: carência de empregos, precariedade da educação e saúde etc. A falta de alternativas econômicas social e ambientalmente sustentáveis ameaça a integridade desses territórios e coloca em risco a sobrevivência da população indígena e não indígena da região. Ao criar a Escola *Yorenka Átame*, os Ashaninka do rio Amônia procuram contribuir para mudar essa realidade.

### *Da exploração predatória de madeira ao desenvolvimento sustentável*

Os recursos naturais do território dos Ashaninka do rio Amônia foram explorados de maneira predatória por caçadores, caucheiros e seringueiros que chegaram a essa região a partir do final do século XIX. No entanto, a ausência de seringa no médio e alto curso do rio Amônia, área habitada pelos Ashaninka, possibilitou aos índios manterem, durante a maior parte do século XX, um isolamento relativo dos brancos regionais, com os quais desenvolviam um comércio intermitente. Peles de animais silvestres, carne de caça, couro e madeira eram periodicamente trocados contra bens industrializados. A partir da década de 1970, as caçadas com fins comerciais se multiplicaram e a exploração madeireira se intensificou. A situação tornou-se particularmente dramática na década de 1980, período caracterizado por uma intensa exploração de cedro e mogno com invasões mecanizadas e cortes em grande escala que afetaram, direta ou indiretamente, mais de 25% da TI.

A crise social e ambiental decorrente da intensificação da exploração madeireira da década de 1980 levou progressivamente os Ashaninka a se organizarem em defesa de seu território e modo de vida. A mobilização política dos índios no campo interétnico pela demarcação de seu território começou em meados da década de 1980 e iniciou uma nova era na história dos Ashaninka, às vezes referida como “o tempo dos direitos”.<sup>5</sup> É importante indicar que a

---

característica do mundo urbano e dificilmente dá conta da complexidade do meio rural, principalmente quando se trata de populações tradicionais: indígenas, seringueiros etc. Apesar de uma crescente urbanização, cerca de 88% da população de Marechal Thaumaturgo vive em meio rural, índios e seringueiros formam parte importante desse contingente populacional.

5 No Acre, a referência a períodos sucessivos para relatar os acontecimentos históricos é comum a vários povos indígenas: “tempo dos antigos”, “tempo dos patrões”, “tempo dos direitos”.

luta desse povo indígena contra a exploração madeireira e pela demarcação de sua terra está intimamente ligada à conjuntura regional do final dos anos 1980 e início dos anos 1990 caracterizada pela “Aliança dos Povos da Floresta” que marcou profundamente a história do Alto Juruá levando a importantes reconfigurações territoriais.<sup>6</sup>

A demarcação da TI Kampa do rio Amônia, em 1992, foi resultado desse processo de luta e reorganização política. Mas, apesar da demarcação da TI, a exploração madeireira não cessou. A partir do final da década de 1990 e, principalmente, no início dos anos 2000, o território ashaninka foi novamente violado e os índios passaram a enfrentar novas incursões de madeireiros. Diferentemente das entradas da década de 1980, feitas por empresas brasileiras, as invasões dos últimos dez anos vêm sendo realizadas por madeireiras peruanas que abrem caminhos ao longo da fronteira internacional, invadindo, periodicamente, a área indígena e o território brasileiro para explorar mogno e outras madeiras nobres.

Frente a essa nova ameaça, os Ashaninka do rio Amônia, com o apoio de ONGs ambientalistas e indigenistas, vêm denunciando, periodicamente, a invasão de sua terra e mobilizando a opinião pública nacional e internacional. Nos últimos anos, a questão das invasões de madeireiros peruanos na TI Kampa do rio Amônia adquiriu uma dimensão ambiental e política sem precedentes e tornou-se um ponto de tensão nas discussões sobre a integração econômica e política entre o Brasil e o Peru.

Com sua terra demarcada, os Ashaninka criaram a associação indígena *Apiwtxa*<sup>7</sup> e buscaram alternativas econômicas à exploração predatória de madeira. No

---

6 A Aliança dos Povos da Floresta foi oficialmente criada em maio de 1989, em São Paulo, pelos representantes da União das Nações Indígenas (UNI) e do Conselho Nacional dos Seringueiros (CNS), após o assassinato, em dezembro de 1988, de Chico Mendes. Embora seu objetivo ultrapassasse as fronteiras acreanas, a Aliança dos Povos da Floresta constituiu um marco importante do indigenismo e do ambientalismo regional. Foi no Acre que a idéia surgiu e teve maior respaldo, principalmente, na região do Alto Juruá. No final da década de 1980 e início dos anos 1990, as alianças entre ambientalistas, indigenistas, índios, seringueiros e outras populações tradicionais se traduziram numa efervescência de ricas e originais experiências pautadas na ideologia do “desenvolvimento sustentável”. A luta dos “povos da floresta” permitiu a muitas dessas populações conquistar seus direitos territoriais. No Alto Juruá, a maior parte das terras indígenas, a Resex e o PNSD foram criados nesse contexto. Cf. J. Pimenta, “Indigenismo e ambientalismo na Amazônia ocidental: À propósito dos Ashaninka do rio Amônia”, op. cit.

7 A palavra *apiwtxa* pode ser traduzida em português como “todos juntos” ou “todos unidos”. Além da associação indígena, a palavra também é o nome da aldeia.

novo contexto do indigenismo, marcado por sua interface crescente com o ambientalismo, e com o apoio de diferentes parceiros, eles se lançaram numa ambiciosa política de proteção e recuperação ambiental de seu território, procurando tirar benefícios de alguns de seus recursos naturais, produzidos de maneira sustentável. Além da produção e comercialização de artesanato indígena, que constitui, desde o início da década de 1990, a principal fonte de renda da comunidade, os Ashaninka elaboraram uma série de projetos de desenvolvimento sustentável com diversos parceiros. Entre esses projetos, podemos citar: comercialização de sementes, óleos e essências florestais, apicultura, recuperação de áreas degradadas, criação de sistemas agroflorestais (SAF), planos de manejo da caça e da pesca, criação de quelônios, ecoturismo, etnomapeamento etc.<sup>8</sup>

Essas experiências pioneiras e bem sucedidas deram aos Ashaninka do rio Amônia uma notável visibilidade. Eles não só entraram no “mercado de projetos”,<sup>9</sup> como também se firmaram nos últimos anos como os herdeiros dos ideais da Aliança dos Povos da Floresta e os principais promotores da ideologia do desenvolvimento sustentável no Alto Juruá. Ao longo dos últimos quinze anos, os Ashaninka do rio Amônia foram erguidos a modelo de sustentabilidade socioambiental. Regularmente apresentados por indigenistas, ambientalistas e pelo governo regional como ícones vivos do novo paradigma do desenvolvimento amazônico, os Ashaninka se transformaram em vitrina da nova ideologia. Em menos de duas décadas, passaram de uma denominação negativa de “caboclo” ao arquétipo do “índio ecológico”. Essa imagem é particularmente forte a nível regional, mas também tem repercussões nacionais e até mesmo internacionais.

Essa visibilidade deu a alguns líderes ashaninka a oportunidade de serem convidados pelo poder público municipal e estadual para ocupar cargos políticos e disseminar suas experiências. Assim, em 2001, o líder Francisco Pinhanta foi nomeado secretário de Meio Ambiente e Turismo do município de Marechal Thaumaturgo. Em 2003, aceitou o convite do ex-governador Jorge Viana para ocupar o novo e inédito cargo de secretário dos Povos Indígenas do Estado do Acre.<sup>10</sup> Atualmente, Francisco é assessor de assuntos indígenas do governa-

---

8 Para uma apresentação mais detalhada de alguns desses projetos, cf. J. Pimenta, “‘Viver em comunidade’. O processo de territorialização dos Ashaninka do rio Amônia”, *Anuário Antropológico*, Rio de Janeiro, Ano 2006, passim.

9 Cf. B. Albert, “Associações indígenas e desenvolvimento sustentável na Amazônia brasileira”, in C. A. Ricardo (org), *Povos indígenas no Brasil 1996-2000*, São Paulo, Instituto Socioambiental, 2000.

10 Cabe notar o pioneirismo do governo do Acre, que criou, em 2003 e pela primeira vez no Brasil, uma Secretaria Estadual dos Povos Indígenas.

dor Binho Marques, sucessor de Viana. Ao deixar a Secretaria de Meio Ambiente e Turismo do município de Marechal Thaumaturgo, em 2003, Francisco foi substituído por seu irmão, o agente agroflorestal Benki Pianko, que deixou essa função no final de 2006 para se dedicar integralmente a coordenação da Escola *Yorenka Átame*. Esse cargo é atualmente ocupado por Isaac Pinhanta, professor ashaninka e também irmão de Francisco e Benki.

### *A Escola Yorenka Átame: Concretizando o ideal da sustentabilidade*

A Escola *Yorenka Átame* é a concretização de um projeto antigo dos Ashaninka. Desde a demarcação de seu território, os índios do rio Amônia procuram ampliar e difundir suas experiências de sustentabilidade para conscientizar as populações vizinhas e iniciar um vasto plano de gestão ambiental da bacia do Alto Juruá. Essa preocupação em envolver as comunidades vizinhas em suas atividades de desenvolvimento sustentável é uma marca da política interétnica da associação *Apiwtxa*. Os Ashaninka consideram que um dos maiores problemas enfrentados por sua comunidade é a sustentabilidade de seu território, periodicamente ameaçado pelos brancos vizinhos, ou seja, pelos madeireiros peruanos, os moradores do assentamento do Incra e da Resex do Alto Juruá que, por falta de alternativas econômicas sustentáveis e devido ao esgotamento dos recursos naturais em seus territórios, invadem, regularmente, a TI em busca de caça ou de madeira nobre.

Desde a demarcação de sua terra, a associação ashaninka tenta sensibilizar a população vizinha com as ideias de desenvolvimento sustentável e diminuir o impacto socioambiental causado por essas invasões que geram conflitos sociais além de destruições ao meio ambiente. Para implementar essa nova consciência na população regional e fazer novas parcerias, os Ashaninka sempre procuraram integrar outros povos indígenas e famílias não indígenas nos projetos por eles desenvolvidos. Cultivam a esperança de que essas famílias atuem como transmissoras e multiplicadoras de projetos sustentáveis, levando essas novas alternativas econômicas para seus lugares de moradia e influenciando seus vizinhos. Com o mesmo objetivo, as lideranças da *Apiwtxa* realizam palestras periódicas no município de Marechal Thaumaturgo para sensibilizar a população regional sobre a importância da preservação do meio ambiente e a necessidade de implantar alternativas econômicas à pecuária e à exploração predatória de madeira.

No ano 2000, os Ashaninka do rio Amônia tentaram concretizar essa filosofia e encaminharam uma ambiciosa proposta de “manejo de sistemas agroflo-

restais e recuperação ambiental de áreas degradadas” ao PD/A.<sup>11</sup> Esse projeto, intitulado “*Átame Aniro: A Floresta é nossa Mãe*”, não chegou a ser avaliado pelo PD/A em razão das mudanças na estrutura do PPG7 com a criação do PDPI.<sup>12</sup> No entanto, merece alguns comentários na medida em que a atual Escola *Yorenka Átame* apresenta-se como uma reformulação atualizada, com novos parceiros, desse primeiro projeto.

O principal objetivo do projeto *Átame Aniro* era a recuperação de áreas de floresta degradadas pela exploração madeireira dos anos 1980 e pela pecuária, e a capacitação das comunidades do Alto Juruá, indígenas e não indígenas, na gestão ambiental sustentável dos recursos naturais de seus territórios. Ao elaborar o projeto para o PD/A, os Ashaninka procuravam sistematizar, potencializar, ampliar e difundir suas diferentes experiências com o uso sustentável dos recursos naturais. O projeto já salientava essa preocupação dos Ashaninka com o entorno da terra indígena e a precária situação das populações da região do Alto Juruá. Além dos próprios Ashaninka, a proposta contemplava moradores da Resex, do assentamento do Inkra e de mais seis terras indígenas do Alto Juruá. Previa mesmo a integração de Ashaninka peruanos fronteiriços.

Embora não tenha sido aprovado, as ideias norteadoras desse projeto foram elogiadas por muitos observadores externos que tiveram a oportunidade de conhecer a proposta. Como em muitos projetos de desenvolvimento sustentável era possível notar em algumas exigências do PD/A as marcas de um paternalismo introjetado ao longo da história das relações entre índios e brancos. Para ser aceito pelo PD/A, o projeto devia, por exemplo, obedecer a uma padronização pré-definida na qual os Ashaninka deviam encaixar suas reivindicações. Embora os índios demonstrem uma grande habilidade e criatividade para combinar suas aspirações políticas e culturais com as expectativas dos financiadores, medidas como, por exemplo, a exigência de uma ampla participação feminina ou a realização de plantios compostos exclusivamente de espécies nativas veiculavam, essencialmente, os valores da sociedade ocidental e a expectativa do que os brancos acham que deve ser a maneira indígena de fazer política de gênero ou de plantio. Nesse sentido, um evento que discutiu esse projeto merece ser relatado na medida em que ilustra, ao meu ver, alguns

---

11 Os Projetos Demonstrativos tipo A (PD/A) é um dos subprogramas do Programa Piloto para a Proteção das Florestas Tropicais do Brasil (PPG7).

12 Os Projetos Demonstrativos para Populações Indígenas (PDPI) foi criado no ano 2000 para atender às necessidades específicas dessas populações. Até essa data, o PD/A financiava tanto os projetos oriundos de comunidades indígenas, como não indígenas.

desses preconceitos e certos paradoxos do chamado desenvolvimento sustentável quando aplicado aos povos indígenas.

No final do ano 2000, em Cruzeiro do Sul, tive a oportunidade de assistir, junto com alguns índios ashaninka, a um curso de capacitação de lideranças indígenas promovido pela Fundação Nacional do Índio (Funai) para a elaboração de projetos. A serviço do órgão indigenista, o instrutor do curso também era, coincidentemente, parecerista do PD/A. Durante os três dias do evento, fez várias vezes referência ao projeto *Ãtame Aniro* apresentado pelos Ashaninka como exemplo de “uma ótima proposta mal redigida”. Segundo explicava, a ideia era excelente e original, sobretudo por envolver toda uma região e não se limitar a uma única TI. No entanto, o projeto tinha um defeito de redação importante, pois percebia-se claramente que tinha sido redigido por assessores da *Apiwtxa* e não pelos índios que eram os proponentes. Além disso, sua dimensão “comunitária” não aparecia com clareza.

Imaginar que um projeto seja a manifestação de um desejo comunitário ou que todos os Ashaninka estavam cientes da proposta encaminhada ao PD/A seria fazer pouco caso da diversidade cultural. A grande maioria dos índios do rio Amônia vive num mundo simbólico totalmente diferente do nosso e está muito distante das preocupações dos indigenistas e ambientalistas ocidentais. Como para outros povos indígenas,<sup>13</sup> a palavra “projeto” passou a ser de uso recorrente na aldeia. Os Ashaninka usam geralmente o termo para nomear as atividades de “desenvolvimento sustentável” que realizam em parceria com diferentes atores do indigenismo (Funai, ONGs etc.). No contexto atual, a palavra se refere à produção e comercialização de artesanato, mas, como dizem os índios, pode designar “qualquer trabalho com os brancos” em troca do qual os Ashaninka obtêm bens industriais. Como mostrei alhures,<sup>14</sup> o “projeto” tornou-se o principal meio de acesso aos bens industriais e é apreendido a partir de uma lógica indígena que procede a uma rica e complexa reelaboração simbólica do sistema nativo de trocas tradicional chamado *ayõpari*. Entre os Ashaninka do rio Amônia, a noção de “comunidade” também é oriunda do discurso indigenista, fruto do “processo de territorialização” da década de

---

13 Cf., por exemplo, De Robert (“Falar e fazer desenvolvimento numa aldeia kayapó”, *Boletim Rede Amazônia – Diversidade Sociocultural e Políticas Ambientais*, Rio de Janeiro, n. 1, 2002) para o caso dos Kayapó.

14 J. Pimenta, “Parceiros de troca, parceiros de projetos. O ayompari e suas variações entre Ashaninka do Alto Juruá”, op. cit.; idem, “De l’échange traditionnel à l’économie du ‘développement durable’. La notion de ‘projet’ entre les Ashaninka du Haut-Juruá (Amazonie brésilienne)”, op. cit.

1980.<sup>15</sup> Durante a luta contra a exploração madeireira e pela demarcação do território, a Funai desempenhou um papel importante na reorganização social e espacial dos índios, que mudaram seu padrão de assentamento e seus modos de representação política. Os Ashaninka passaram a viver em “comunidade”, sob a liderança de um “chefe”. Embora imposta por circunstâncias exógenas, a ideia de “comunidade” também foi reapropriada pelos índios em seus próprios termos, num movimento dinâmico e criativo, fortalecendo a solidariedade interfamiliar e passando a ser usada como mote ideológico na arena interétnica.

Apesar de seus limites e das dificuldades do diálogo intercultural, o projeto *Ātame Aniro* sempre contou com a participação das lideranças ashaninkas e de outros índios da aldeia. Naquele momento, nenhuma liderança da *Apiwtxa* tinha conhecimento suficiente da língua portuguesa para elaborar por escrito um projeto que também exigia conhecimentos técnicos peculiares. Em resposta a uma demanda dos índios, escrevi alguns trechos do texto, mas a maior parte da redação coube, essencialmente, a um engenheiro florestal, na época a serviço da Funai. Esses “assessores” seguiram as orientações da *Apiwtxa* e todas as questões foram amplamente discutidas. O texto foi resultado de longas conversas com os índios e procurava apenas traduzir os anseios dos Ashaninka do rio Amônia ou, pelo menos, de suas lideranças mais familiarizadas com o mundo ocidental. A *Apiwtxa* aprovou o projeto final e, como tinha sido acordado, o apresentou ao PD/A como de sua autoria.

Para a minha surpresa, o instrutor explicou-me que, como a associação ashaninka era a proponente, a “linguagem técnica e intelectual”, segundo suas próprias palavras, poderia não sensibilizar os pareceristas. Continuou afirmando que embora fosse comum o fato de as organizações indígenas terem assessores que costumavam redigir os projetos, os pareceristas e financiadores gostavam de ver esses projetos apresentados com uma “cara de índio”! Esse comentário pode ser apenas uma opinião individual isolada, mas também parece-me ilustrativo dos preconceitos ocidentais sobre os traços distintivos da indianidade, ainda presentes em muitos “amigos” dos índios. Ele parece pressupor que para ser índio tem de escrever mal! E se escrever bem, deixa de ser índio? Um índio letrado deixaria de ser exótico? Podemos imaginar um índio intelectual? De qualquer forma, os assessores da *Apiwtxa* não se trans-

---

15 Cf. J. P. Oliveira F<sup>o</sup>, “Uma etnologia dos ‘índios misturados’? Situação colonial, territorialização e fluxos culturais”, in J. P. Oliveira F<sup>o</sup> (org), *A viagem da volta: Etnicidade, política e reelaboração cultural no Nordeste indígena*, Rio de Janeiro, Contra Capa, 1999.

formaram em nativos e o projeto com “cara de branco” acabou sendo engavetado pela burocracia do desenvolvimento sustentável.

O projeto Escola *Yorenka Átame* foi uma reformulação e atualização do projeto “*Átame Aniro: A Floresta é nossa Mãe*”. Como este último, ele objetivava levar os conhecimentos e a experiência fortalecida dos Ashaninka com o desenvolvimento sustentável além dos limites da TI Kampa do rio Amônia e desembocar, progressivamente, na implantação de uma política de gestão ambiental sustentável para toda a bacia do Alto Juruá.

A concretização do projeto deve muito à performance no campo interétnico do agente agroflorestal e liderança ashaninka Benki Pianko. Nos últimos anos, Benki soube potencializar em favor do seu povo uma ampla rede de relações que inclui empresários do Rio de Janeiro e artistas da Rede Globo. Essas pessoas se sensibilizaram pela situação dos Ashaninka e decidiram apoiar a ideia de uma escola para fomentar os projetos de desenvolvimento sustentável; ideia que Benki não conseguia concretizar como titular da pasta de Meio Ambiente e Turismo de Marechal Thaumaturgo por falta de apoio político e de recursos financeiros. Assim, nasceu a “rede de amigos da escola”, articulada por um importante empresário carioca, amigo de Benki e sensível às questões ambientais. Em menos de dois anos, as doações desses parceiros chegaram a cerca de R\$ 1 milhão. Esse dinheiro viabilizou a compra de um terreno, situado na margem direita do rio Juruá, frente à sede do município de Marechal Thaumaturgo, e a construção marcante da estrutura física da escola que conta com salas de aula, cozinha, refeitório, biblioteca, sala de informática, sala de administração, alojamento, lavanderia e banheiros. Duas casas tradicionais ashaninkas também foram construídas.

A escola foi inaugurada no dia 7 de julho de 2007. O evento reuniu cerca de 300 pessoas, vindas das TIs da região, da Resex do Alto Juruá, do PNSD e das cidades de Marechal Thaumaturgo, Cruzeiro do Sul, Tarauacá, Rio Branco, Brasília, Rio de Janeiro e São Paulo, além de representantes de países como Irlanda, França, Canadá, Austrália e Estados Unidos. A inauguração contou ainda com a presença das autoridades locais, do governador do estado Binho Marques e de diversos parceiros e financiadores. Em pouco mais de dois anos de existência, já conheceu visitantes ilustres como o cantor e ex-ministro da cultura Gilberto Gil, a ex-primeira-dama francesa Danielle Mitterrand ou atores da Rede Globo que participaram de seu financiamento.

Com base nas experiências desenvolvidas pelos Ashaninka, a escola funciona como um centro de formação de jovens e adultos, indígenas e não indígenas, do município de Marechal Thaumaturgo e das comunidades do entorno aos conceitos e práticas do desenvolvimento sustentável. É um espaço edu-

cativo, cultural e ambiental destinado a promover a troca de saberes e o diálogo intercultural. Conta com múltiplas parcerias: município de Marechal Thaumaturgo, governo do Acre, órgãos federais, associações indígenas, ONGs indigenistas e ambientalistas, universidades, antropólogos etc.

### *Caminhos e (des)caminhos da sustentabilidade*

A Escola *Yorenka Átame* é um dos vários exemplos da visibilidade crescente adquirida pelos povos indígenas no novo contexto do desenvolvimento amazônico caracterizado pela ideologia do tão frequentemente citado e tão pouco questionado “desenvolvimento sustentável”, apesar de uma vasta literatura acadêmica sobre o tema. Já tive a oportunidade, de apontar, a partir do caso dos Ashaninka, alguns paradoxos da relação entre índios e ambientalistas em torno dessa ideologia.<sup>16</sup> Pretendo retomar aqui alguns pontos dessa reflexão.

Frente ao antigo modelo desenvolvimentista predatório e suas dramáticas consequências, a ideia de sustentabilidade se impôs, progressivamente, nas políticas oficiais. Sob as noções de “etnodesenvolvimento”,<sup>17</sup> “codesenvolvimento”<sup>18</sup> ou, mais comumente, “desenvolvimento sustentável”, o novo paradigma procura conciliar diversidade cultural, proteção da natureza e crescimento econômico. Nesse novo cenário, os índios da Amazônia alcançaram uma visibilidade inédita e encontraram novas modalidades de ação para concretizar suas reivindicações político-culturais. Ao manipularem símbolos, índios e ambientalistas criaram um novo espaço político de alianças interculturais que se traduziram em resultados surpreendentes: demarcação de TI, unidades de conservação, reservas extrativistas, parques nacionais etc. Desse ponto de vista, o Acre e, principalmente, a região do Alto Juruá oferecem um laboratório privilegiado para o estudo desse fenômeno. Desde 1998, data da primeira eleição de Jorge Viana ao governo do Acre, a ideologia da sustentabilidade é o fio condutor da política estadual. Hoje, cerca da metade da superfície do estado é constituída por áreas protegidas criadas, sobretudo, nas últimas duas décadas.

As iniciativas pautadas na ideologia da sustentabilidade suscitam uma solidariedade legítima entre antropólogos e indigenistas que lutam há anos contra o

---

16 Para uma apresentação mais detalhada de alguns desses projetos, cf. J. Pimenta, “Viver em comunidade”. O processo de territorialização dos Ashaninka do rio Amônia”, op. cit.

17 R. Stavenhagen, “Etnodesenvolvimento: Uma dimensão ignorada no pensamento desenvolvimentista”, *Anuário Antropológico*, Rio de Janeiro, Ano 1984, 1985.

18 I. Sachs, *Codesenvolvimento: Crescer sem destruir*, São Paulo, Vértice, 1986.

etnocídio das populações indígenas. O mérito de inúmeros projetos de “desenvolvimento sustentável” é inquestionável. No entanto, é importante permanecermos atentos para denunciar todas as ações que, sob o rótulo de “desenvolvimento sustentável”, mesmo se de maneira inconsciente, perpetuam políticas etnocêntricas e etnocidas. Como o ambientalismo que lhe deu origem, o “desenvolvimento sustentável” apresenta-se, muitas vezes, retomando a expressão de Gustavo Ribeiro, como uma nova “ideologia-utopia” da sociedade moderna (ou pós-moderna para alguns) e não pode deixar de ser problematizado.<sup>19</sup>

Na atualidade, à imagem do Plano de Aceleração do Crescimento (PAC) do governo Lula, qualquer projeto ou empreendimento é apresentado como sustentável. A generalização dessa noção acompanha sua polissemia. As contradições inerentes à ideia de desenvolvimento sustentável já foram expostas por vários autores. A própria noção de desenvolvimento, seja ele sustentável ou não, está intimamente ligada à história ocidental e às suas pretensões universalistas que dificultam a compreensão de outras cosmologias ou visões de mundo.<sup>20</sup> Para alguns autores, o conceito de “desenvolvimento sustentável” é visto como mais uma tentativa do sistema ocidental para se adequar às contingências históricas, sem romper com seus pressupostos ideológicos: a fé no desenvolvimento e no progresso com toda a sua história etnocida e ecocida. Embora tente mostrar uma preocupação com os povos nativos e a preservação do meio ambiente, continua vendo os índios como uma força de trabalho produtiva e a natureza como um manancial de recursos a ser explorado para o usufruto da humanidade. Assim, a ideia de “desenvolvimento sustentável” cairia, inevitavelmente, nas contradições de seus próprios termos. Para outros autores, o “desenvolvimento sustentável” seria um meio pacífico de viabilizar uma integração sem assimilação e o único caminho viável para os povos indígenas resistirem à cobiça econômica que pesa sobre seus territórios.

Entre os críticos ferrenhos e os defensores idealistas do desenvolvimento sustentável, é importante lembrar que os povos indígenas são autores plenos desse processo. Para alguns desses povos, como os Ashaninka, a ideologia do “desenvolvimento sustentável” aparece, para usar uma expressão de Sahlins, como um “mal-entendido produtivo” que permite aos índios encontrar uma maior audiência e dar mais peso às suas reivindicações políticas e culturais.

---

19 G. L. Ribeiro, “Ambientalismo e desenvolvimento sustentado: Nova ideologia/utopia do desenvolvimento”, in: G. L. Ribeiro, C. Fausto & L. Ribeiro (orgs), *Meio ambiente, desenvolvimento e reprodução: Visões da ECO 92*, Rio de Janeiro, Iser, 1992.

20 Cf., por exemplo, G. Rist, *The history of development. From Western origins to global faith*, Londres/ Nova York, Zed Books, 1997.

Existe uma vasta literatura que mostra como os povos indígenas da Amazônia brasileira se reapropriam de maneira criativa dos discursos dominantes e dão-lhes significados próprios. Os exemplos são múltiplos e não se limitam a essa região do mundo.

Apesar de intimamente ligado ao Ocidente, a ideologia do desenvolvimento sustentável não deve ser considerada, em si, como incompatível com os povos indígenas, podendo em vários casos melhorar as condições de vida dessas populações. Nos últimos anos, fui testemunha privilegiada dos pontos positivos trazidos por vários projetos de “desenvolvimento sustentável” entre os Ashaninka do rio Amônia e participo ativamente da elaboração de alguns deles junto às lideranças indígenas. No entanto, o otimismo não pode se tornar excessivo e devemos refletir sobre os rumos do indigenismo contemporâneo.

A partir do caso dos Ashaninka e da história que levou à criação da Escola *Yorenka Aĩame*, gostaria de finalizar enfatizando três pontos que, ao meu ver, são exemplares das ambiguidades das relações entre povos indígenas e ambientalistas.

1. Nos últimos anos, os Ashaninka do rio Amônia foram regularmente apresentados como ícones vivos do novo paradigma do desenvolvimento sustentável. Nessa visão, eles aparecem como índios “naturalmente ecologistas” ou “ecologistas por natureza”. Frente a esses estereótipos, é fundamental lembrar que as relações dos povos indígenas com o que chamamos, no Ocidente, de “natureza” são relações simbólicas complexas, enraizadas em cosmologias peculiares. Os Ashaninka, por exemplo, caçam de maneira “sustentável” não porque tomaram conhecimento da lei ambiental dos brancos, mas por razões de ordem simbólica. Ora, esse simbolismo e as cosmologias indígenas que o sustenta parecem ser justamente o que menos interessa aos brancos que continuam considerando essas crenças como irracionais na maioria dos casos ou como folclóricas na melhor das hipóteses. A imagem simplista do “índio ecológico”, veiculada pela ideologia ambientalista é apenas uma versão contemporânea do “mito do bom selvagem” que perpetua a arrogância do etnocentrismo ocidental e reduz o “outro” à condição de objeto, ao domínio da natureza e não da cultura. Os povos indígenas tornam-se assim um “objeto-pretex-to” que usamos para falar de nós e servir nossos próprios interesses. Essa “naturalização dos índios” me parece exemplar de uma ideologia utilitarista da alteridade que considera que os povos indígenas só merecem atenção e respeito quando podem mostrar-se úteis para o Ocidente. Participa ainda da marginalização de outros povos que não dispõem do “capital ecológico” capaz de ser manipulado nas suas relações com os brancos. Refiro-me, principalmente, aos índios do Nordeste ou do Sul.

2. Se a transformação dos povos indígenas em ecologistas natos é apenas mais uma versão do etnocentrismo ocidental, a cobiça de seus territórios também parece continuar, agora com o rótulo da sustentabilidade. Assim, mesmo introduzindo uma preocupação ambiental, muitos promotores do desenvolvimento sustentável veem os territórios indígenas a partir de uma perspectiva essencialmente econômica e utilitarista. Se os índios mostrarem que sabem aproveitar economicamente os recursos naturais de seus territórios, eles podem se desenvolver, participar do mercado e têm uma justificativa para manter suas terras. Caso contrário, podem ser acusados de desperdiçar os recursos naturais, ser considerados improdutivos etc. Esse tipo de discurso parece uma versão atualizada do processo de civilização dos índios e só contribui para engrossar as fileiras daqueles que sustentam que há muita terra para pouco índio.
3. Como no caso dos Kayapó ou dos Yanomami, a visibilidade dos Ashaninka do rio Amônia está personalizada em algumas lideranças. Como tentei mostrar, o projeto da Escola *Yorenka Átame*, por exemplo, nasceu do empenho de Benki Pianko e sua grande habilidade em mobilizar uma rede de parceiros em torno de um objetivo comum foi essencial. Não cabe aqui discutir a emergência e afirmação dos líderes ashaninka. Esse processo se explica tanto por razões históricas como estruturais. É interessante comparar a midiáticação dos Ashaninka do rio Amônia e a total invisibilidade dos Ashaninka do rio Envira, por exemplo. Como tantas outras lideranças indígenas que parecem condenadas a desempenhar o papel do “índio hiperreal”<sup>21</sup> na arena interétnica, os principais dirigentes da associação *Apiwtxa* são periodicamente expostos aos holofotes e frequentemente objeto de admiração de um público *New age* em mal de exotismo. Essa situação acarreta uma enorme responsabilidade por esses indivíduos. Um povo inteiro pode sofrer as consequências em caso de desvios em relação a um comportamento idealizado, produto do imaginário ocidental. O exemplo bem conhecido de Payakan, que passou em poucos meses de “salvador da humanidade” a “índio selvagem”, mostra o perigo desses estereótipos.

Para os Ashaninka do rio Amônia, os projetos de desenvolvimento sustentável não deixam de apresentar alternativas econômicas na medida em que, geralmente, proporcionam uma renda não desprezível para a comunidade. No entanto, embora tenham entrado na economia de mercado, os Ashaninka

---

21 Cf. A. Ramos, “O índio hiperreal”, *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, n. 28, 1995.

não entraram numa lógica produtivista. Sem querer desconsiderar o aspecto econômico e adotar uma atitude romântica que apresentaria os índios como desinteressados por dinheiro, a *Apiwtxa* usa os projetos de desenvolvimento sustentável para concretizar um objetivo principalmente político e cultural. A terra é muito mais que um simples recurso natural. Garantir a inviolabilidade do território é assegurar a renovação de seus recursos naturais e, sobretudo, a reprodução física e cultural dos Ashaninka enquanto sociedade. A Escola *Yorenka Átame*, como os outros projetos de desenvolvimento sustentável não são um objetivo em si, mas um meio para alcançar uma meta política maior que assegurará a tranquilidade desse povo. Desde da chegada dos brancos, os Ashaninka foram obrigados a aprender a conviver com eles. Os índios do rio Amônia sabem que seu futuro depende, de alguma forma, dos brancos vizinhos e do êxito da Escola *Yorenka Átame* em construir parcerias e propor alternativas economicamente e ambientalmente sustentáveis para toda a população da região. No entanto, eles não deixam de ironizar os brancos que vêm hoje lhes falar de projetos de “desenvolvimento sustentável” ou simplesmente de proteção da natureza; lembram-se muito bem que foi essa mesma gente que destruiu sua floresta, matou indiscriminadamente os animais e poluiu seus rios!

